



## A economia brasileira está mesmo em recuperação? De que tipo?

Hoje, é muito disseminada a opinião de que economia brasileira já se encontra em fase de recuperação da crise que nela se instalou no início do último trimestre de 2008. Essa crise, como é sabido, proveio do turbilhão de dificuldades vividas, no mesmo período, pelo setor financeiro norte-americano e, em decorrência, pelos seus congêneres do mundo desenvolvido.

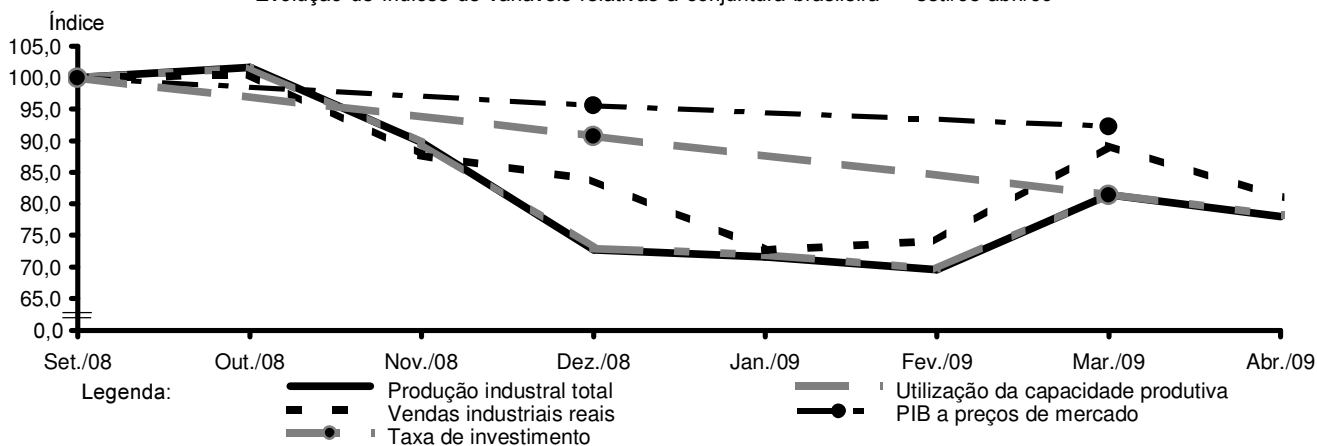
Mas as evidências disponíveis parecem negar a hipótese de recuperação. Como se pode observar no gráfico, importantes indicadores do desempenho da indústria no Brasil — referentes à sua produção física, à utilização de sua capacidade produtiva e às suas receitas em termos reais — mostram que, a partir de setembro do ano passado, o setor foi fortemente abalado pelos tumultos ocorridos no âmbito externo. Nos meses iniciais de 2009, o setor ensaiou a retomada do crescimento, para voltar a retrair-se no último mês de abril. Além disso, informação muito mais abrangente é a de que o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2009 foi inferior ao dos três meses encerrados em setembro do ano anterior, de 7,70%. De um a outro trimestre todas as categorias de demanda que compõem o PIB retraíram-se, mas cabe salientar-se que a formação bruta de capital fixo desabou 27,70%. O que se acaba de relatar mostra quão pouco razoável é a opinião em questão.

É importante não se perder de vista que as retrações da atividade industrial e do PIB derivam de correspondente diminuição da demanda agregada. Para enfrentar sua continuidade, o Governo Federal preservou os gastos sociais e os investimentos públicos programados. Em concomitância com a inarredável retração da arrecadação governamental

resultante da crise, a preservação dos mesmos gastos e investimentos reduziu o superávit fiscal primário de 12 meses de 4,60% do PIB em novembro de 2008 para 2,27% do PIB em abril de 2009. Por sua vez, a meta de superávit primário em proporção do PIB deste ano foi reduzida de 3,80% para 2,50%. Na área monetária, a meta da taxa Selic caiu 4,75 pontos percentuais (do ponto de vista fiscal, um enorme alívio para o orçamento público), e a redução dos depósitos compulsórios aumentou significativamente a oferta monetária na economia. Tudo isso para incrementar a demanda pública ou a privada e tornar factível a atividade produtiva.

Além da retomada do crescimento da demanda agregada, há um amplo conjunto de questões que não pode deixar de ser mencionado, quando se trata do tipo de recuperação a ser promovida. A mesma pode consubstanciar movimento produtivo que se caracteriza pela exiguidade de investimentos e, dessa forma, pela curta duração. Pode, também, amadurecer e transformar-se em expansão econômica, tornada duradoura pela acumulação produtiva. Essa expansão tem como condições: (a) o não esgotamento das finanças públicas comprometidas, de um lado, com a recuperação da economia e, de outro, com a manutenção de taxas internas de juros campeãs mundiais (ou quase); (b) o comprometimento com a preservação da saúde das contas externas do País ou, mais precisamente, de suas contas externas correntes, preservação esta que não é compatível com sobrevalorização cambial; e (c) o lançamento das atividades de investimento para os níveis exigidos pelo crescimento econômico duradouro. Na consecução de todas essas condições, o Estado brasileiro terá que desempenhar decisivo papel.

Evolução de índices de variáveis relativas à conjuntura brasileira — set./08-abr./09



FONTE: IBGE.  
CNI.

NOTA: Os índices têm como base set./08 = 100.

## A educação profissional técnica de nível médio no Brasil e no Rio Grande do Sul

A educação profissional está dividida em três níveis: básico, técnico e tecnológico. Os cursos básicos são abertos a qualquer pessoa interessada, independentemente da escolaridade prévia; os técnicos, desde 1997, são oferecidos simultaneamente ao ensino médio ou após a sua conclusão, com organização curricular própria; e os tecnológicos são cursos de nível superior. Até 2004, o nível técnico contava com duas formas: concomitante (ensinos médio e técnico com matrículas distintas) e subsequente (para alunos que já possuísem o ensino médio). Em 2004, criou-se mais uma forma, a integrada. Nessa, o aluno cursa, em currículo e matrícula únicos, o ensino médio e o ensino técnico profissional.

A educação profissional de nível médio no Brasil experimentou, recentemente, importante expansão na oferta de va-

gas. Houve aumento de 4,3% no número de matrículas, passando, no período de 2005 a 2007, de 747.938 para 780.162 vagas. No Estado, ocorreu praticamente uma estabilização nas matrículas (aumento de 77.486 para 78.857). No Brasil, a rede pública respondia, em 2007, por 50,4% das matrículas. No Rio Grande do Sul, a participação da escola pública era maior, com 53,4% das matrículas.

O ensino profissional integrado mais que dobrou sua participação entre 2005 e 2007, com crescimento de 112,8%, passando de 40.675 para 86.552 vagas. No RS, essa forma de ensino ainda é pouco representativa. Em igual período, passou de 46 para 1.414 matrículas, com um avanço de mais de 30 vezes.

Matrícula total e proporção de matrículas nas redes pública e privada, na educação profissional de nível médio, segundo a modalidade de oferta, no Brasil e no RS — 2005 e 2007

DISCRIMINAÇÃO	2005			2007			Δ% 2007/2005		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
<b>Brasil</b>									
Concomitante/subsequente (1) .....	295 349	411 914	707 263	321 644	371 966	693 610	8,9	-9,7	-1,9
Integrado (2) .....	25 110	15 519	40 629	71 364	15 188	86 552	184,2	-2,1	113,0
<b>Subtotal</b> .....	<b>320 459</b>	<b>427 433</b>	<b>747 892</b>	<b>393 008</b>	<b>387 154</b>	<b>780 162</b>	<b>22,6</b>	<b>-9,4</b>	<b>4,3</b>
<b>RS</b>									
Concomitante/subsequente (1) .....	33 990	43 450	77 440	40 772	36 671	77 443	20,0	-15,6	0,0
Integrado (2) .....	-	46	46	1 358	56	1 414	-	21,7	2 973,9
<b>Subtotal</b> .....	<b>33 990</b>	<b>43 496</b>	<b>77 486</b>	<b>42 130</b>	<b>36 727</b>	<b>78 857</b>	<b>23,9</b>	<b>-15,6</b>	<b>1,8</b>

FONTE: MEC/Inep.

(1) Concomitante é para alunos que fazem o ensino médio com matrículas distintas para os dois cursos, e subsequente é para os que já possuem o diploma do ensino médio. (2) Integrado é para alunos que fazem o ensino médio na mesma escola e com uma única matrícula para os dois cursos.

Salvatore Santagada (FEE/CIE)

## O avanço do Programa Bolsa-Família no Brasil

O Programa Bolsa-Família (PBF), que é o principal programa de transferência de renda do País, tem como objetivo reduzir as vulnerabilidades associadas à situação de pobreza, buscando diminuir as desigualdades sociais. Os valores pagos pelo PBF variam de R\$ 20,00 a R\$ 182,00 mensais, de acordo com a renda mensal *per capita* da família e o número de crianças e adolescentes com até 17 anos. O recebimento do benefício pelos titulares, cuja maior parte são mulheres (94%), está condicionado a contrapartidas nas áreas de educação e saúde. O número de famílias no PBF do País passou de 3,6 milhões no ano de 2003 para 11,6 milhões em maio de 2009 e, no RS, de 158.000 para 417.000 no mesmo período,

elevando, conseqüentemente, o montante de recursos despendidos com o Programa, que representou, em 2008, apenas 2,7% dos gastos totais do Governo Central. Essas transferências para uma grande parcela de famílias pobres contribuíram para reduzir a desigualdade de renda no País, como também têm permitido diminuir, sobretudo, a pobreza extrema, pois se constituem numa fonte significativa ou, até mesmo, a única fonte da renda familiar. O PBF propiciou um incremento nas economias locais, principalmente naqueles municípios mais pobres, através do aumento do consumo dessas famílias nas áreas de alimentação, material escolar e vestuário, segundo depoimentos dos próprios beneficiados.

Número de famílias beneficiadas e valor acumulado anual das transferências do Programa Bolsa-Família para o Brasil e o Rio Grande do Sul — 2003/09

ANOS	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL		PARTICIPAÇÃO % RS/BR	
	Famílias Beneficiadas	Valor ao Ano (R\$ 1 000)	Famílias Beneficiadas	Valor ao Ano (R\$ 1 000)	Famílias Beneficiadas	Valor ao Ano
2003	3 615 596	4 564 158	158 574	162 710	4,39	3,56
2004	6 571 842	7 058 357	290 663	270 032	4,42	3,83
2005	8 700 451	8 232 747	398 138	335 044	4,58	4,07
2006	10 965 810	9 325 787	436 169	360 185	3,98	3,86
2007	10 891 898	10 192 023	410 540	371 363	3,77	3,64
2008	10 491 827	11 308 241	363 469	381 506	3,46	3,37
2009 (1)	11 611 680	3 795 281	417 945	127 272	3,60	3,35

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Portal da Transparência; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IPCA médio a preços de maio/09.

(1) Dados até maio.

Isabel Rückert (FEE/CEES)

**ECONOMIA BRASILEIRA**

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-maio/09

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa: dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./96	2,1	21,0	-	10,1	23,00	-	-	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,4	22,2	-	5,2	38,00	-	-	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,0	21,2	-	1,7	29,00	-	-	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Jun./07	4,8	-	9,7	3,7	12,50	70,0	-10,1	103,3	-0,5	113 195
Jul./07	-	-	9,5	3,7	12,00	69,0	-11,9	105,1	1,7	116 458
Ago./07	-	-	9,5	4,2	11,50	70,8	-6,1	103,5	-1,5	117 425
Set./07	5,3	-	9,0	4,2	11,50	68,1	-9,1	102,7	-0,8	123 181
Out./07	-	-	8,7	4,1	11,25	64,9	-10,7	105,7	3,0	124 345
Nov./07	-	-	8,2	4,2	11,25	64,5	-12,0	115,7	9,5	127 393
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	140,8	21,7	143 642
Jan./08	-	-	8,0	4,6	11,25	63,7	-12,5	110,6	-21,5	141 858
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,7	-12,7	106,6	-3,6	132 524
Mar./08	5,9	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,1	1,5	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,1	-1,9	131 320
Mai/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,3	-14,6	108,7	2,5	132 658
Jun./08	6,0	-	7,8	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,1	-1,4	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,6	2,3	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,7	-17,1	107,4	-2,1	133 935
Set./08	6,3	-	7,6	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	1,0	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,7	8,9	109,1	0,7	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,3	9,0	120,3	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,6	16,7	148,1	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	71,2	11,8	113,9	-23,1	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	70,1	11,8	113,4	-0,4	135 861
Mar./09	3,1	-	9,0	5,6	11,25	69,7	9,8	111,4	-1,8	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	68,4	8,4	110,4	-0,9	132 422
Mai/09	-	-	-	5,2	10,25	-	-	-	-	134 772

(continua)

## ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-maio/09

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./96	0,09	33,3	83,87	1,7	-	84,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	81,16	3,9	-	83,2	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	79,26	-2,0	-	81,0	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Jun./07	-4,27	44,1	121,61	3,9	-2,1	84,7	19,3	26,5	1,10	2,68	-3,78	147 101	230 296
Jul./07	-4,33	44,0	125,50	4,2	2,1	85,2	17,5	26,9	0,77	2,80	-3,57	155 910	235 030
Ago./07	-4,10	43,0	132,52	4,5	4,9	85,7	16,6	27,6	0,69	2,81	-3,50	161 097	235 557
Set./07	-4,02	43,2	124,19	4,8	-6,4	86,1	16,0	27,9	0,55	2,75	-3,30	162 962	237 632
Out./07	-4,19	43,2	136,83	5,3	8,0	87,0	15,9	28,4	0,40	2,81	-3,22	167 867	238 262
Nov./07	-4,21	42,4	130,47	5,5	-4,0	87,2	16,6	29,3	0,19	2,75	-2,94	177 060	242 098
Dez./07	-3,97	42,0	116,58	6,0	-8,3	86,7	16,8	32,1	0,12	2,59	-2,71	180 334	240 495
Jan./08	-4,14	41,9	118,75	6,3	3,0	84,3	17,0	33,4	-0,16	2,73	-2,57	187 507	244 829
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	84,7	17,8	36,6	-0,32	2,65	-2,33	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	123,04	6,6	5,9	85,2	16,3	36,0	-0,64	2,64	-2,00	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	85,1	15,3	38,0	-0,98	2,63	-1,65	195 767	254 307
Mai/08	-4,35	40,6	128,53	6,7	1,5	85,6	16,5	40,0	-1,01	2,65	-1,64	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,51	6,7	0,8	86,3	18,9	43,7	-1,22	2,09	-0,87	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,50	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,30	2,03	-0,74	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-0,9	86,6	24,5	48,2	-1,44	2,18	-0,74	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,17	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,63	2,46	-0,82	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	5,9	0,6	86,3	26,3	50,3	-1,70	2,47	-0,77	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,10	4,8	-9,6	85,2	24,5	46,0	-1,65	2,42	-0,76	194 668	271 428
Dez./08	-4,08	36,0	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,0	41,9	-1,80	2,86	-1,07	193 783	262 910
Jan./09	-3,61	36,9	97,99	1,0	1,7	76,7	19,2	35,8	-1,76	2,75	-0,99	188 102	267 486
Fev./09	-3,43	37,1	94,95	-1,0	-0,9	77,0	15,3	27,7	-1,72	2,90	-1,18	186 880	261 821
Mar./09	-3,29	37,6	111,06	-1,9	14,9	77,1	15,0	24,5	-1,59	2,88	-1,29	190 388	259 926
Abr./09	-3,06	38,4	106,43	-3,9	-3,9	77,6	12,8	18,0	-1,41	2,93	-1,52	190 546	262 113
Mai/09	-	-	-	-	-	78,7	4,9	9,3	-1,51	3,08	-1,57	195 264	264 694

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

## Carta de Conjuntura - Ano 18 nº 07

### ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jan./07-maio/09

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Jan./07	-	94,41	105,89	105,89	475,9	305,7	175,3	1 118,2	85,40	903,05
Fev./07	-	94,37	105,52	105,71	352,1	297,7	106,2	883,7	85,39	906,26
Mar./07	-	114,29	107,16	106,25	408,3	224,3	96,3	824,7	86,65	906,95
Abr./07	-	112,37	115,18	108,53	475,0	311,9	101,2	970,4	86,98	908,85
Mai/07	-	118,51	109,31	108,70	468,1	243,9	103,0	970,4	87,19	913,28
Jun./07	-	108,10	106,78	108,37	415,1	323,5	128,0	993,3	88,10	919,60
Jul./07	-	112,43	108,99	108,46	401,5	281,8	120,8	926,8	88,81	942,88
Ago./07	-	113,04	106,48	108,20	513,2	236,3	135,8	1 009,1	88,95	945,05
Set./07	-	100,21	101,59	107,48	434,1	297,5	138,0	1 006,5	89,00	948,23
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,4	89,03	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	90,04	953,61
Dez./07	7,0	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	90,76	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	91,71	957,57
Fev./08	-	105,86	112,17	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	91,48	959,14
Mar./08	-	113,20	99,04	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	92,09	964,44
Abr./08	-	120,91	107,59	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	92,77	967,72
Mai/08	-	114,61	96,70	104,39	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,69	107,02	104,83	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,12	105,95	105,00	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,53	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,95	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	3,8	81,68	82,89	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,60	79,32	79,32	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,01	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	102,71	84,94	83,64	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai/09	-	-	-	-	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-

(continua)

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jan./07-maio/09

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Jan./07	14 920	8,6	12,2	1 111	1 133	443 129	1 807 603	860 445
Fev./07	13 643	8,8	12,3	1 117	1 152	518 242	1 840 251	866 144
Mar./07	8 926	9,4	12,9	1 123	1 159	544 817	1 838 957	1 062 709
Abr./07	15 008	10,1	13,6	1 141	1 171	556 619	1 788 914	971 243
Mai/07	-3 382	10,6	14,1	1 149	1 171	561 775	1 704 116	1 400 416
Jun./07	-1 132	10,8	14,4	1 143	1 171	556 098	1 642 989	1 281 777
Jul./07	-1 690	10,3	13,8	1 143	1 166	542 700	1 617 726	1 673 608
Ago./07	673	10,0	13,4	1 142	1 164	559 421	1 653 837	1 571 858
Set./07	14 986	9,6	12,8	1 140	1 145	534 178	1 612 954	1 280 444
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 153	1 163	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 157	1 164	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 184	1 187	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 148	1 145	467 639	1 914 097	1 155 177
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 120	1 116	553 905	1 949 550	1 196 912
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 103	1 115	556 404	1 905 271	1 156 056
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 132	1 144	591 331	1 852 881	1 398 875
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 164	1 183	588 888	1 747 461	1 718 977
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 187	1 201	579 625	1 722 206	1 682 512
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 190	1 208	599 694	1 738 101	1 866 525
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 199	1 205	598 172	1 738 262	1 733 246
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 204	1 208	570 888	1 684 761	2 556 164
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 205	1 204	583 481	1 723 158	1 662 121
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 198	1 204	545 726	1 702 679	1 120 931
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 180	1 176	504 271	1 821 798	1 212 575
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 191	1 174	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 212	1 197	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 221	1 220	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 203	1 216	-	-	1 057 077
Mai/09	427	10,1	12,6	-	-	-	-	1 302 929

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de abr./09. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

## Carta de Conjuntura - Ano 18 nº 07

### Aumentam os pedidos de Seguro-Desemprego na RMPA

Em abril de 2009, a taxa de desemprego total elevou-se, pelo quarto mês consecutivo, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), atingindo 12,1% da População Economicamente Ativa. Quando se compara o mês com idêntico mês do ano anterior, percebe-se que a taxa de desemprego total, após uma trajetória nítida de declínio até fevereiro de 2009, interrompeu esse processo em março e abril do ano corrente; neste último mês, inclusive, ela passou a se situar em um patamar superior ao de abril de 2008. Isso sinaliza uma inflexão no processo de redução da incidência do desemprego na RMPA, devido aos efeitos da crise financeira global sobre a economia. Assinale-se também que o estoque de desempregados havia aumentado em 45.000 pessoas no cotejo de janeiro com abril de 2009, o mais elevado incremento observado no período 2006/09, nessa base comparativa.

Em face do contexto esboçado de evolução do desemprego na RMPA, o ano de 2009 vem registrando aumento nos pedidos de Seguro-Desemprego, na comparação com 2006, 2007 e 2008. Assim, o número de pedidos de Seguro-Desemprego no acumulado de jan.-abr./09 atingiu 75.214, bastante acima do verificado no mesmo período de 2006 a 2008. Por um lado, essa evidência reforça a compreensão de que, devido aos reflexos da crise financeira global sobre a economia, o mercado de trabalho está enfrentando uma situação de maior adversidade. Por outro, mostra a relevância da existência de políticas públicas de caráter compensatório, como a do Seguro-Desemprego, que garantem proteção aos trabalhadores, quando da perda do emprego em fases de contração da atividade econômica.

Taxa de desemprego total e requerentes de Seguro-Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre — jan.-abr. 2006-09

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE DESEMPREGO TOTAL (%)			
	2006	2007	2008	2009
Janeiro .....	13,2	12,2	11,2	10,0
Fevereiro .....	13,6	12,3	11,3	10,4
Março .....	14,9	12,9	11,7	11,7
Abril .....	15,5	13,6	12,0	12,1

DISCRIMINAÇÃO	REQUERENTES DE SEGURO-DESEMPREGO			
	2006	2007	2008	2009
Janeiro .....	15 946	14 130	15 877	17 101
Fevereiro .....	13 552	13 578	14 765	14 893
Março .....	19 938	17 967	17 553	22 499
Abril .....	15 750	17 580	18 454	20 721
Acumulada jan.-abr. ....	65 186	63 255	66 649	75 214

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA: Ministério do Trabalho e Emprego.

Raul Luís Assumpção Bastos (FEE/CPED)

### Produtor familiar recebe apoio inovador para a comercialização

Em tempo de conjuntura incerta, ocasionada pela crise financeira global, bem como pela seca, os agricultores familiares que contrataram créditos de custeio atrelados ao Pronaf no plantio da safra 2008/2009 terão a garantia de que os custos de produção desembolsados estarão assegurados. Para os produtos que compõem a pauta do Programa de Garantia de Preços Para a Agricultura Familiar (PGPAF), é estabelecido um bônus de desconto no momento da liquidação do empréstimo pelo produtor, toda vez que o preço de mercado for inferior ao preço de garantia. Salienta-se que esse preço de garantia deve cobrir os custos de produção levantados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e é definido pelo Conselho gestor do Programa. Na verdade, o Programa encampa uma afinada articulação entre as políticas de crédito e comercialização agrícolas, tornando-se bastante inovador em termos de instrumento público de intervenção.

No momento da comercialização, a relação entre o preço médio de mercado e o preço de garantia para os produtos gaúchos amparados pelo Programa — feijão, milho, mandioca, trigo e também o leite — define o bônus de desconto. No quadro, a cultura do feijão, por exemplo, é a que tem o maior desconto, por apresentar a maior diferença em termos percentuais entre os dois preços.

Por ser um programa que garante a quitação das dívidas de custeio por parte do agricultor familiar sem o obrigar a se desfazer do patrimônio, esse instrumento, mais do que tudo, assegura aos credores o retorno dos recursos monetários colocados no mercado, o que torna esse programa bastante atraente para ambos.

Preços de garantia do Programa de Garantia de Preços Para a Agricultura Familiar (PGPAF) e preços médios de mercado para alguns produtos do Rio Grande do Sul — safra 2008/2009

PRODUTOS	UNIDADE	PREÇO DE GARANTIA (R\$/unid.)	PREÇO MÉDIO DE MERCADO (R\$/unid.)	BÔNUS DE GARANTIA DE PREÇO (%)
Arroz em casca .....	50kg	30,96	30,00	3,10
Feijão .....	60kg	80,00	65,63	17,96
Leite .....	litro	0,60	0,59	1,67
Milho .....	60kg	18,00	17,84	0,89
Trigo .....	60kg	480,00	401,17	16,42

FONTE: Companhia Nacional de Abastecimento.

Elvin Maria Fauth (FEE/CEES)

## Indústria de transformação brasileira: horizonte nebuloso

Os bons resultados alcançados pela indústria de transformação até setembro de 2008 apoiaram-se no incremento das exportações de *commodities* (insumos industriais, minerais e agrícolas) e na ampliação da produção de bens de consumo duráveis e alguns não duráveis, graças à expansão do crédito e da massa salarial. Esse desempenho refletiu-se no significativo crescimento dos investimentos de 2006 até meados do segundo semestre de 2008, conforme o BNDES. Porém, a partir de outubro de 2008, os índices de produção física começaram a desacelerar em consequência da crise mundial, sendo que os componentes internos dessa mudança de trajetória não podem ser subestimados. A crescente “commoditização” promoveu uma excessiva vulnerabilidade no setor externo, conforme demonstra a forte redução da produção da indústria de **metalurgia básica** no primeiro quadrimestre de 2009. O aprofundamento da internacionalização dos bens de consumo duráveis influenciou os maus resultados da indústria de **veículos automotores**, ainda que algumas medidas creditícias e fiscais tenham impedido uma queda ainda maior. Ressalte-se que a política de crédito que vem sendo praticada para sustentar o consumo doméstico ampliou perigosamente o endividamento das famílias. As indústrias tradicionalmente exportadoras, como a **calçadista**, que já acumulavam perdas devido à política cambial em vigor, aprofundaram seus problemas em consequência da contração do mercado internacional.

No quarto trimestre de 2008, o BNDES registrou queda dos investimentos, em comparação com o trimestre anterior,

principalmente nas atividades de extração mineral, siderurgia e celulose. A produção física de **máquinas e equipamentos**, no primeiro quadrimestre de 2009, assinalou um dos piores resultados das indústrias brasileira (-29,3%) e gaúcha (-33,9%), o que confirma a indicação de queda dos investimentos. Entre os meses de janeiro e abril de 2009, ocorreu uma tênue recuperação da indústria, embora os resultados permaneçam substancialmente inferiores aos de 2008. No acumulado jan.-abr./09, a indústria brasileira registrou uma taxa de -14,7% contra 7,4% em 2008, sendo que, no RS, as taxas respectivas foram de -16,4% contra 6,6%. Em todos os resultados apresentados, aqueles relativos à indústria de transformação do RS colocaram-se em patamares inferiores aos do Brasil.

Ainda que o horizonte pareça menos ameaçador para a economia brasileira do que no início da crise, o mesmo não se confirma para a atividade industrial cujas mudanças ocorridas nas últimas décadas geraram importantes desequilíbrios. Para fazer frente a essa situação, as políticas implementadas precisariam recuperar a demanda interindustrial, através de investimentos públicos e de financiamentos a segmentos criteriosamente definidos, e estimular a internalização de alguns elos importantes das cadeias produtivas. Além disso, mais do que atrair investimentos predatórios para a extração mineral e para a produção de *commodities*, seria fundamental enfrentar o problema do incipiente desenvolvimento dos segmentos de alta intensidade tecnológica.

Índices da produção física industrial no Brasil e no RS — jan.-abr./08 e jan.-abr./09

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL			RS		
	Jan.-Abr./08	Jan./09	Jan.-Abr./09	Jan.-Abr./08	Jan./09	Jan.-Abr./09
Indústria de transformação .....	107,4	82,6	85,3	106,6	79,3	83,6
Calçados e artigos de couro .....	100,1	77,3	81,0	99,7	73,7	72,0
Metalurgia básica .....	108,1	68,5	69,9	112,5	54,6	56,8
Máquinas e equipamentos .....	112,8	74,6	70,7	129,0	77,6	66,1
Veículos automotores .....	121,8	65,8	73,4	118,2	65,7	70,5

FONTE: IBGE/Pesquisa Industrial Mensal/Produção Física.

NOTA: Índice acumulado, com base em igual período do ano anterior = 100.

**Clarisse Chiappini Castilhos (FEE/CEES)**

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 1º.07.09).

ISSN 1517-7254

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



**Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

**Conselho Editorial da Carta:** Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

**Núcleo de Dados:** Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

**Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

**Editoração**

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

**Revisão**

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

**Editoria**

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal, Jose Antonio da Silva e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.